



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Educação: novos jeitos para velhas questões

Sistematização de discussões do encontro Educação e Participação Social – Conquistas e Desafios, realizado pelo Instituto C&A, de 8 a 10 de novembro de 2011, em Atibaia (SP). O evento comemorou os 20 anos da organização.

Tríade responsável pelo grupo de reflexão¹

• Especialista

Neide Maria Nogueira, socióloga e mestre em educação, é coordenadora do Programa de Formação de Professores em Educação Ambiental da Comunidade Educativa Cedac (Centro de Educação e Documentação para a Ação Comunitária). No Ministério da Educação (MEC), coordenou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre outros programas. Em São Paulo, também foi coordenadora dos programas Ler e Escrever e Letra e Vida.

• Facilitadora

Rosária de Souza é historiadora com especialização em gestão social, tendo atuado nas áreas de desenvolvimento institucional, educação corporativa e gestão para investidores sociais privados, organizações sociais e poder público.

• Jornalista

Marcio Kameoka é mestre em direitos humanos pela London School of Economics (LSE) e trabalha com ONGs e movimentos sociais, incluindo uma passagem pelo Timor-Leste a serviço da Organização das Nações Unidas (ONU). Seus temas focais são direito à alimentação e moradia, liberdade de expressão, pessoas com deficiência e educação.

(1) As atividades de cada um dos cinco grupos de reflexão do encontro Educação e Participação Social – Conquistas e Desafios foram acompanhadas por uma tríade formada por um especialista, um facilitador e um jornalista. O especialista no tema em discussão tinha a responsabilidade de zelar pela consistência da reflexão; o facilitador deveria acompanhar a evolução do trabalho do grupo no tempo estipulado; e o jornalista era o responsável pelo registro e pela sistematização das reflexões.

Introdução

É antigo o debate sobre os problemas e os avanços da educação no Brasil e o encontro Educação e Participação Social – Conquistas e Desafios procurou reavivar e trazer novos elementos para esta discussão. Os participantes foram divididos em grupos de reflexão temáticos, e o foco deste capítulo é tratar daquele que se ocupou do tema “Educação: novos jeitos para velhas questões”.

O objetivo dos participantes que compuseram este grupo de reflexão foi relembrar os desafios que a educação ainda enfrenta no Brasil e identificar com quais ideias, projetos e realizações tais desafios foram enfrentados nos últimos anos, apurando assim lições úteis para o futuro.

Este texto busca capturar e sintetizar o debate realizado pelo grupo de reflexão e joga luz, principalmente, sobre um tema que dominou boa parte das discussões. Para além de pontos específicos da educação, muito se falou sobre as dificuldades institucionais com as quais se deparam as organizações da sociedade civil, tanto no enfrentamento de desafios quanto na proposição de novos caminhos e soluções, algo que era visto como vocação histórica da sociedade civil organizada.



EDUCAÇÃO: NOVOS JEITOS PARA VELHAS QUESTÕES

WWW.MOOMBR.COM



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Metodologia

O grupo foi formado pelo Instituto C&A a partir da afinidade de cada participante com o tema, levando em conta sua trajetória e área de conhecimento. A dinâmica proposta para os trabalhos foi a seguinte: no primeiro dia de atividades – 9 de novembro de 2011 –, os participantes recuaram 20 anos para avaliar os caminhos percorridos, os avanços e os retrocessos contabilizados, até chegar em 2011. Os participantes tiveram como ponto de partida uma apresentação feita pela especialista Neide Maria Nogueira, que a seguir formulou algumas perguntas disparadoras do debate.

A metodologia propunha que os participantes respondessem a essas perguntas individualmente, para então, organizados em subgrupos, discutirem as respostas e decidirem como se posicionariam em relação a cada uma delas. Depois disso, os participantes tornaram a se organizar em novos subgrupos – compostos por pessoas diferentes dos primeiros –, para sistematizar coletivamente, cada um deles, uma resposta que contemplasse todas as contribuições da sala, registrando inclusive os consensos e dissensos oriundos dessas reflexões. Novamente no grupo grande, após a leitura das respostas de cada uma das perguntas, foi aberta oportunidade para o debate.

No segundo dia de trabalho – 10 de novembro de 2011 –, a intenção do Instituto C&A era criar condições para que o grupo de reflexão pudesse esboçar um conjunto de propostas ou uma pauta de prioridades para os próximos dez anos.

O presente relato registra de forma organizada as discussões do grupo de reflexão, buscando retratar, da maneira mais fidedigna possível, quais os caminhos percorridos a partir da provocação do Instituto C&A. O texto também esmiúça as adaptações na metodologia de trabalho do grupo, adotadas para melhor ajustar a proposta às necessidades de seus participantes.

As posições expressas neste texto advêm de apontamentos realizados pelos participantes do grupo de reflexão e não expressam necessariamente a visão do Instituto C&A.



ENCONTRO

Educação e Participação Social Conquistas e Desafios

20 anos em retrospectiva – as velhas questões

Em sua apresentação, Neide Maria Nogueira desenhóu um panorama das mudanças pelas quais passou a educação brasileira nos últimos anos. Para além disso, o grupo de reflexão focou suas energias na contribuição e nos desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil em relação à educação. Como conclusão, o grupo levantou uma série de sugestões de encaminhamentos práticos para o seguimento do debate indicados ao final deste texto.

A educação brasileira atual tem suas origens na Constituição federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional², a chamada LDB, aprovada em 1996. Entre as principais mudanças propostas estavam a universalização do ensino fundamental, a separação de responsabilidades entre os entes federados (municípios e ensino fundamental, unidades federativas e ensino médio, federação e ensino superior), a gestão democrática e a formação de professores em nível superior.

Mas houve ainda outras mudanças nos últimos anos. Destacam-se as seguintes: expansão do ensino fundamental obrigatório para nove anos; implantação de sistemas de avaliação do rendimento dos estudantes em todos os níveis de ensino; incorporação do ensino dos direitos da criança e do adolescente, histórias africana e indígena no currículo obrigatório; regulação da educação profissional e tecnológica; definição da responsabilidade do Estado na formação inicial e continuada dos profissionais da educação; colocação do objetivo de universalização do ensino médio, entre outras. Estas mudanças ocorreram todas no chamado marco legal da educação.

Por outro lado, o poder público, principalmente por meio do Ministério da Educação (MEC), também adotou novas estratégias. Em 2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)³, que passou a financiar o ensino infantil e o ensino médio, não contemplados pelo fundo anterior, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁴, um conjunto de políticas disponibilizadas para apoiar Estados e municípios. O PDE inclui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação⁵, que almeja contribuir para a erradicação do analfabetismo e para que todos os jovens até 19 anos concluam o ensino médio. Segundo o MEC, todos os Estados e municípios brasileiros aderiram a este plano de metas. O PDE ainda propõe um mecanismo chamado Plano de Ações Articuladas (PAR)⁶, que permite a Estados e municípios diagnosticar sua situação e planejar ações de maneira participativa e integrada.

(2) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

(3) Para mais informações sobre o Fundeb, acesse <http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>.

(4) Para saber mais: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>.

(5) Para saber mais: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf.

(6) Para saber mais sobre o PAR: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=235&msg=1.

Resultados

Após examinar o conjunto de ações tomadas para melhorar a educação, há que se pensar se estão surtindo efeito ou não. Um dado disponível são os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)⁷, indicador da qualidade do ensino em todos os níveis educativos. O índice é calculado a partir dos resultados da Prova Brasil, um exame para os estudantes, e de dados relacionados à aprovação e evasão escolar.

TOTAL	Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental				
	2005	2007		2009	
	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
	3,8	3,9	4,2	4,2	4,6
Dependência administrativa					
Pública	3,6	3,6	4	4	4,4
Estadual	3,9	4	4,3	4,3	4,9
Municipal	3,4	3,5	4	3,8	4,4
Privada	5,9	6	6	6,3	6,4

TOTAL	Ideb nos anos finais do ensino fundamental				
	2005	2007		2009	
	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
	3,5	3,5	3,8	3,7	4
Dependência administrativa					
Pública	3,2	3,3	3,5	3,4	3,7
Estadual	3,3	3,3	3,6	3,5	3,8
Municipal	3,1	3,1	3,4	3,3	3,6
Privada	5,8	5,8	5,8	6	5,9

(7) Para saber mais: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336.

TOTAL	Ideb no ensino médio				
	2005	2007		2009	
	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
	3,4	3,4	3,5	3,5	3,6
Dependência administrativa					
Pública	3,1	3,1	3,2	3,2	3,4
Estadual	3	3,1	3,2	3,2	3,4
Municipal	2,9	3	3,2	3,1	-
Privada	5,6	5,6	5,6	5,7	5,6

“SE TORNAR HUMANO
É UM PROCESSO DE FORMAÇÃO
QUE NÃO DEPENDE SÓ DA ESCOLA”



Desafios do passado e do presente

Historicamente, o debate sobre educação sempre esteve focado em duas grandes questões: a democratização do ensino, ou seja, o acesso à escola, e a qualidade da educação, ou seja, que os estudantes de fato estejam aprendendo.

Pode-se reconhecer que a democratização do ensino foi de certa forma alcançada. Já faz alguns anos que os índices de matrícula indicam a universalização do acesso. Já a qualidade dessa educação é o grande desafio dos últimos anos, como demonstram os resultados apresentados.

Houve quatro grupos de ações que procuraram elevar a qualidade da educação nos últimos anos: um primeiro que trouxe para a escola uma formação de valores e que incluiu o tratamento de questões sociais (como a prevenção ao uso de drogas, a erradicação da violência e a educação para paz, entre outros assuntos).

Outro foi o movimento por uma gestão mais participativa nas escolas. A mudança na formação dos professores – que, de acordo com a LDB, deveriam agora ter ensino superior – foi objeto de um grande debate na história recente, mas parece não ter surtido o efeito esperado no preparo dos profissionais da educação.

Também entraram na pauta da educação a formação dos demais profissionais da educação – escolar e não escolar, incluindo técnicos e administradores da educação – e o esforço para incluir os estudantes da rede pública na era digital. Mas o debate sobre como fazer a inclusão digital permanece: quais tecnologias da informação e comunicação (TICs) podem e devem ser introduzidas, e em que momento? Quais os recursos, técnicos, financeiros e de formação necessários para isso?





ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Mudanças na educação

A partir da apresentação feita pela especialista Neide Maria Nogueira, os participantes do grupo de reflexão foram distribuídos em cinco subgrupos, de forma a facilitar a participação e focar a discussão. Cada um dos subgrupos abordou um aspecto do que fora apresentado, refletindo sobre uma das cinco questões propostas pela especialista. A linha de base eram as mudanças na educação.

1. De modo global, em quais desses âmbitos houve avanços? Como definir, qualitativamente, esse avanço? O que as fez avançar? Em quais não houve? Por quê?
2. Quais foram as experiências educativas inovadoras exitosas nesses diferentes campos? O que as diferencia do *status quo*?
3. Quais foram as inovações educativas experimentadas e que não se mostraram produtivas, eficazes? Por que “não deram certo”?
4. Nesse período, de modo geral, que relação se estabeleceu entre educação formal e não formal? Essa relação promoveu algum avanço?
5. Que papel as organizações da sociedade civil (OSCs) representaram nessa história? Em que se diferenciaram do Estado?

• Avanços

No primeiro subgrupo, que tratou dos avanços, o acordo geral foi de que, sim, houve avanços, mas ainda há muito por fazer. Os avanços foram considerados tímidos e lentos se comparados às mudanças de que a sociedade necessita. Esta só vai acontecer através de um exercício diário da democracia e da articulação com vários parceiros.

Foi consenso que o marco legal da educação (Constituição, LDB e suas modificações) representou uma grande conquista. A educação se tornou assunto de interesse público, despertando mais participação da sociedade. Houve um foco maior, ainda que insuficiente, na formação dos professores. Mas muitos avanços ainda são vistos como pontuais.

Os participantes avaliaram que a maioria das escolas ainda faz educação de forma tecnicista, reproduzindo discursos que não correspondem à realidade diversa do Brasil. A educação em valores, neste sentido, peca se for imposta de cima para baixo, com pouco diálogo ou adaptação. O conhecimento ainda é trabalhado de forma compartimentalizada, sem conexão com a realidade. Os assuntos são tratados separadamente e sem ligação com o cotidiano particular de cada localidade, dificultando o pensamento e atuação em rede.



ENCONTRO

Educação e Participação Social Conquistas e Desafios

• Experiências inovadoras

A tarefa do segundo subgrupo foi apontar experiências educativas inovadoras que surgiram nos últimos anos. As experiências educativas inovadoras são aquelas construídas coletivamente, as que ampliam o conhecimento de quem está envolvido (comunidade escolar), aquelas que fazem sentido dentro das experiências cotidianas vividas e aquelas que foram planejadas, experimentadas, remodeladas e ganharam ajustes de rota durante o percurso.

Exatamente em diálogo com a dificuldade em adaptar os conteúdos à realidade diversa do país, foi citada a experiência das Escolas Familiares Agrícolas (EFAs), agora formalizadas pela LDB, que têm boa bagagem na transposição do conteúdo das aulas para o contexto rural.

Da mesma forma, o processo de elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (os PPPs), quando realizado de forma coletiva e reflexiva, ajuda a aproximar educadores e a comunidade e o contexto em que a escola se encontra. Esta inovação tem permitido que a escola se aproprie de saberes tradicionais e locais, ligados à cultura e a experiências mais diversas.

Outra inovação apontada como bem-vinda foi a mudança do foco do ensino para a aprendizagem: isso significou dar maior importância ao aluno (que aprende), enquanto anteriormente o foco era no professor (que ensina). As novas práticas trazidas para a escola são mais participativas – incluindo a eleição de diretores, a criação de conselhos de gestão escolares e uma cultura colaborativa. Isso ajuda a transformar a escola em um espaço participativo e de exercício da democracia.

• Insucesso

O terceiro subgrupo de trabalho se empenhou em listar, de maneira mais ampla, quais fatores levam ao insucesso no enfrentamento do problema da qualidade na educação. Os participantes não quiseram se debruçar sobre exemplos específicos, mas sim tratar de questões estruturais que afetaram diversas iniciativas.

Novamente sobressaíram o desafio da diversidade regional do Brasil e a maneira muitas vezes desconexa com que diferentes projetos são apresentados (ou “importados”) pelo país fora. Projetos são “importados” de outras regiões e países, com pouco ou nenhum diálogo com as comunidades e com os educadores que serão alvo de tais metodologias.

Outro fator de insucesso identificado foi a escassez de investimento e de recursos na educação. Muitos projetos trazem ideias interessantes e estimulantes, mas carecem de profissionais que possam prover suporte técnico adequado. É o caso dos chamados programas de inclusão digital: enquanto a adoção das TICs é vista como um avanço importante e inovador, as tentativas de trazer tais tecnologias para a escola pública sofrem com vários problemas, como falta de equipamentos, de pessoal e de infraestrutura mínima.



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Os participantes apontaram, em uníssono, ser patente a relação que se estabelece entre a carência de recursos e a falta de vontade política nos vários níveis do Poder Executivo. O nível mais grave de falta de recursos assinalado foi a indireta desvalorização dos professores e dos profissionais da educação. Tal desvalorização se dá especialmente em dois aspectos: uma formação precária, tanto inicial quanto em serviço, e baixos salários.

• Formal e não formal

No debate sobre a relação que se estabeleceu entre educação formal e não formal, os participantes consideraram importante ajustar os termos da discussão: a diferença não diz respeito à formalidade ou não da educação, mas onde ela ocorre. Portanto, o ponto central está na educação realizada em um espaço escolar ou em um espaço não escolar – a famosa expressão da sala de aula “debaixo de um pé de manga”.

Os participantes acreditam que a experiência da educação feita em espaço não escolar encara o educando como um sujeito integral, não um mero receptor de conteúdo. A educação em espaço escolar pode, portanto, aprender muito com o espaço não escolar. Nos últimos anos, uma série de parcerias entre esses espaços permitiram o desenvolvimento de novas políticas públicas e metodologias sociais na educação. A visão de uma educação integral avançou, passando a guiar também a escola tradicional.

• Papel das OSCs

Último ponto de análise na discussão sobre mudanças na educação, a atuação das organizações da sociedade civil acabou por se tornar o centro das atenções para o grupo de reflexão. O ocorrido se justifica tanto pela maioria dos participantes do encontro ter raízes no território das OSCs quanto pelas particularidades do momento histórico, tema que será tratado mais adiante.

O grupo reconheceu a contribuição que a sociedade civil organizada deu para a educação nos últimos anos, em múltiplas áreas: pressionando e se manifestando pela criação de políticas públicas; desenvolvendo e aplicando metodologias e práticas inovadoras; introduzindo na agenda política discussões de identidade, gênero, étnico-raciais e inclusão; atuando como mecanismos de controle social, que permitem à sociedade em geral acompanhar a ação do governo; entre muitas outras.

O papel das organizações da sociedade civil nesse processo histórico tem sido de tensionar e provocar o poder público; desenvolver e propor práticas inovadoras; acompanhar, monitorar, cobrar resultados e qualificar políticas públicas via participação em instâncias de controle social, articulação e mobilização em redes, conforme reforçaram os participantes.

Questão de identidade

Amarrado o consenso entre os participantes do grupo de reflexão de que a sociedade civil contribui, e muito, para o desenvolvimento da educação, iniciou-se um debate sobre como essa contribuição se dá e como as organizações da sociedade civil podem melhor se preparar para tanto.

Um dos participantes do seminário sintetizou a evolução de papéis que as organizações da sociedade civil desempenharam nos últimos anos. Partindo dos exemplos citados anteriormente, sua fala situou que, inicialmente, o papel da sociedade civil foi o de se organizar para demonstrar e manifestar sua indignação e opiniões, de pressionar por mudanças que o poder público precisava realizar. Estávamos no contexto da redemocratização do Brasil.

A partir daí, passaram a ser criados fóruns e mecanismos de controle social que geraram a oportunidade – exigida pela sociedade civil – de participação ativa na elaboração e no monitoramento de políticas públicas. Era o segundo grande papel assumido pela sociedade civil. Os conselhos setoriais (de saúde, educação, etc.) e de direitos são grandes exemplos desses mecanismos.

Outra vocação da sociedade civil organizada reconhecida como tradicional pelos participantes foi a de operar como seleiro para o desenvolvimento de práticas inovadoras. Muitas vezes, tais práticas são experimentadas em espaços não escolares, mas a interface e o diálogo com os espaços escolares ajudam a transplantá-las de um âmbito para o outro. Aqui chegamos ao contexto atual.

Porém, há um papel emergente sendo atribuído às organizações da sociedade civil que os participantes do grupo de reflexão já identificam, que é o de agente de implementação de políticas públicas. Nessa linha, foi citado o exemplo do sistema de creches de Fortaleza, onde a prefeitura firma convênios com ONGs para operarem como creches, disponibilizando menos recursos para tais convênios do que para as creches municipais.

A questão levantada suscitou um intenso debate sobre identidade e fortalecimento das organizações da sociedade civil e sobre como garantir a autonomia destas instituições diante do poder público. O universo das ONGs é vasto e diverso, e existem diferentes entidades, com diferentes estágios de institucionalização e força. Mas é fato que muitas destas organizações são pequenas e têm poucos recursos. Quando uma ONG é convidada a participar da implementação de uma política pública, é importante entender a separação de papéis entre Estado⁸ e sociedade civil, frisou o grupo. Em suma: o desafio é como trabalhar com o Estado e não para o Estado.

(8) O grupo de reflexão ressaltou que a noção de Estado aqui adotada é a republicana, em que o Estado é mais do que os poderes formais (Executivo, Legislativo e Judiciário), incluindo a sociedade civil.



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Momento de crise

Voltando à discussão de identidade e separação de papéis entre Estado e sociedade civil, houve acordo de que se trata de uma relação complementar, com papéis distintos para as organizações da sociedade civil e os poderes públicos. É importante que o relacionamento entre estas esferas seja de parceria, respeito e igualdade de condições de diálogo.

O que se vê, na prática, é que muitas organizações da sociedade civil estão sob risco de cooptação por parte do Estado, devido à escassez de recursos e dificuldade em atingir a viabilidade. Diante de tal quadro, não é raro que se sujeitem a condições e trabalhos que o poder público lhes designa. Acontece que entidades dependentes não têm possibilidades de fiscalizar.

Este debate se insere num contexto de “terceirização” de políticas públicas, situaram os participantes, mecanismo por meio do qual o poder público contrata (por meio de convênios ou outros instrumentos) a organização da sociedade civil para a realização de um serviço (muitas vezes tirando proveito da legislação em prol das ONGs para escapar de licitações e outros mecanismos públicos de uso do orçamento).

Obviamente, há um risco de conflito de interesses: pode uma organização da sociedade civil implementar uma política e ao mesmo tempo fazer o controle social da mesma? É fundamental que as ONGs tenham clareza de suas missões para evitar esse tipo de confusão, concluiu o grupo de reflexão.

Outro risco derivado desse fenômeno é que as ONGs possam ser encaradas como mão de obra barata. O caso citado anteriormente de Fortaleza evidencia que organizações da sociedade civil foram conveniadas para realizar um serviço público (de creches), mas receberam um valor abaixo daquele regularmente utilizado pela própria prefeitura na rede municipal.

Este tipo de desvio se soma às recentes denúncias de corrupção envolvendo ONGs, que vêm sendo sistematicamente destacadas pela mídia. O grupo de reflexão tem clareza de que existem ONGs corruptas e de fachada, muitas criadas praticamente para escoar recursos, mas é preciso deixar claro para a sociedade que estas não são a maioria.

Participantes do grupo também apontaram que existe um certo descrédito em mecanismos de controle social. O exemplo mais citado foi o dos conselhos municipais, como os Conselhos Tutelares, que foram em vários casos transformados em “espaços prefeituráveis”, com aparelhamento e disputas político-partidárias que prejudicam a finalidade de tais espaços.

Alguns participantes destacaram, ainda, que esse fenômeno não invalida totalmente as instâncias de controle social, mas deve ser identificado e enfrentado de maneira organizada. Foi lembrado, inclusive, que o Ministério Público pode ser um parceiro importante, especialmente quando a questão for pressionar o Executivo e órgãos municipais para implementar as deliberações oficiais de tais conselhos.

Fortalecimento institucional

Foram apontadas duas áreas a serem priorizadas para fazer frente às fragilidades da sociedade civil. A primeira é a institucionalização das organizações. Os membros do grupo entenderam que são necessárias ações de fortalecimento institucional, que permitam que as organizações definam melhor suas missões, identidade e área de atuação. Tal fortalecimento inclui, ainda, assessoria jurídica até para entender melhor como diferentes leis, editais e programas funcionam.

Também são necessários mais espaços e oportunidades de diálogo e troca. Um participante mencionou que organizações sociais no Nordeste organizam pequenos “intercâmbios” entre seus colaboradores. O grupo destacou o próprio encontro do Instituto C&A como um exemplo positivo de espaço de diálogo e preparação para o trabalho em rede.

Outro aspecto desse fortalecimento é o investimento em formação política, tanto para membros de organizações sociais como da sociedade como um todo. Este processo pode ajudar a avançar a discussão sobre a educação que queremos e, por consequência, a sociedade que queremos.



Conclusões e chamamento à sociedade civil empresarial

A segunda área para o enfrentamento das fragilidades da sociedade civil é a de financiamento. Vários participantes reiteraram que tradicionais fontes de financiamento, especialmente do exterior, não estão mais disponíveis. Em tais contextos, a própria existência de muitas organizações da sociedade civil fica ameaçada. O poder público muitas vezes aparenta ser a única fonte de financiamento disponível, mas com todos os problemas mencionados anteriormente.

O grupo identificou que atores da responsabilidade social empresarial e do investimento social privado como o Instituto C&A se configuram como uma alternativa de financiamento importante para o chamado terceiro setor como um todo. “Os empresários têm que ouvir referências como as que escutamos hoje. Eles precisam disso para ter o mesmo conceito de responsabilidade social. Para entender o que se faz e o que se pode fazer. Queremos construir pontes com esse setor”, resumiu o grupo de reflexão.

Os participantes lembraram que já existem muitas empresas que fundaram institutos e entidades de cunho mais social. Entretanto, a opinião que prevaleceu é que a maioria destas organizações atua de forma pouco programática ou articulada. Aparentemente, o foco maior está no marketing social e não na responsabilidade social, ou seja, as ações têm o intuito de melhorar a reputação dos investidores e não necessariamente de influir positivamente na realidade.

SONHO : BRASIL COMO
LÍDER MUNDIAL

DESAFIOS

- CRISE DE LIDERANÇAS
- APAGÃO DE TALENTOS
- PERFIL SUBMISSO



PONTOS FORTES

- VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS
- HABILIDADE EM LIDAR COM DIFERENÇAS
- CULTURA POPULAR
- GOSTO PELA VIDA

Uma proposta do grupo ao Instituto C&A, que completou 20 anos de atuação e reavalia constantemente suas frentes de trabalho, é a de que se inteire das necessidades mencionadas no encontro e se torne um agente importante para articular o investimento social privado de maneira mais consistente, em diálogo com as entidades da sociedade civil organizada existentes. Da mesma forma, o grupo deu uma avaliação positiva às iniciativas de fortalecimento institucional que o Instituto C&A desenvolve e considerou que este é um foco fundamental para as ONGs.



ENCONTRO

Educação e Participação Social

Conquistas e Desafios

Participantes

Este texto é resultado das discussões do grupo de reflexão “Educação: novos jeitos para velhas questões”, do qual participaram as seguintes pessoas:

- Alberes Mendonça Barbosa, Aldeias Infantis SOS Brasil, João Pessoa (PB)
Alexandre Mulinari Burgareth Bonfim, Casa do Puríssimo Coração de Maria, Guaratinguetá (SP)
Alexandre Ribeiro Botelho, Cáritas Nordeste, Recife (PE)
Alexia Melo, Associação Imagem Comunitária (AIC), Belo Horizonte (MG)
Ana Lúcia Nunes, Casa Betânia de Guaratinguetá, Guaratinguetá (SP)
Ângela Aparecida Guarnieri, Serviço Assistencial Salão do Encontro (Sasfra), Betim (MG)
Camila Rodrigues Leite, Instituto de Arte Tear, Rio de Janeiro (RJ)
Cláudia Carvalho do Nascimento, Associação Educativa Livro em Roda (Aeler), Conde (PB)
Cleide Aparecida Moura Santos, Missão Ramacrisna, Betim (MG)
Denise Fabiana S. Garsztko, Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Profª Miracy Rodrigues de Araújo, Curitiba (PR)
Eleika Bezerra Guerreiro, Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDE), Natal (RN)
Elionalva Sousa Silva, Observatório de Favelas, Rio de Janeiro (RJ)
Francilene Maciel da Rocha Blazina, Instituto Leonardo Murialdo, Porto Alegre (RS)
Giovanna Saraiva Bezerra Barbosa, Secretaria Municipal de Educação, Teresina (PI)
Irene Rizzini, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), Rio de Janeiro (RJ)
Ladailza Teles, Sofia Centro de Estudos, Salvador (BA)
Lidiane da Silva Pereira, Centro de Integração Social Amigos de Nova Era (Cisane), Nova Iguaçu, (RJ)
Lindalva da Conceição Correia, consultora do Instituto C&A, Recife (PE)
Luciano Alves Farias da Silva, Conselho da Escola Mun. de Ensino Fund. Assis Chateaubriand, Bayeux (PB)
Lucilene Ferreira da Silva, OCA – Associação da Aldeia de Carapicuíba, Carapicuíba (SP)
Maria Aparecida Freire de Oliveira Couto, consultora do Instituto C&A, Jaboatão dos Guararapes (PE)
Maria Fernanda Couto, Anthos, Barueri (SP)
Maria Luiza Rodrigues Flores, Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), Porto Alegre (RS)
Meri Pauli Fiates, Sociedade Alfa Gente, Florianópolis (SC)
Mônica Samia, Avante – Educação e Mobilização Social, Salvador (BA)
Paloma Costoya, Máquina da Notícia, São Paulo (SP)
Rita Maria Teles de Menezes, Creche Educacional Shekiná, Olinda (PE)
Rodrigo Luiz Fischer Vieira, Associação Instituto Perú, Jaboatão dos Guararapes (PE)
Rosa Sampaio, Auçuba – Comunicação e Educação, Recife (PE)
Sandra Lima Sanches, Instituto Criança Cidadã, Guarulhos (SP)
Valdirene Pereira Barbosa, Grupo da Creche Comunitária Alegria de Viver, São Luís (MA)
Vera Lion, Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho (Ibeac), São Paulo (SP)
Waudeth dos Santos Corrêa, Grupo Comunitário Semente da Esperança, São Luís (MA)